

**Relatório da Audiência n.º 1 -COF - XIV**

**Dia:** 14 de janeiro de 2020

**ENTIDADE:** Associação de Distribuidores de Propano Canalizado (ADPC)

Micaela Silva (Presidente)  
José Luis Alves da Silva

**ASSUNTO:** *Orçamento do Estado para 2020, redução de taxa de IVA*

**Recebida pelos Senhores Deputados:**

- Alberto Fonseca (PSD) Vice-Presidente da Comissão;
- Sara Madruga da Costa (PSD);
- António Ventura (PSD);
- Hugo Carvalho (PS)
- Fernando Paulo Ferreira (CDS-PP);

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Alberto Fonseca, deu as boas vindas aos representantes da ADCP, dando nota do modo de condução dos trabalhos tendo depois passado a palavra à Presidente da Associação para uma intervenção inicial.

Depois de agradecer o agendamento desta audiência, a Presidente apresentou a posição da Associação sobre a proposta do Orçamento do Estado que prevê a redução da taxa de IVA a aplicar apenas ao gás natural, discriminando o gás propano. Na opinião da Associação, esta alteração legislativa desvirtua o mercado, discriminando os agentes económicos, do ponto de vista económico, social e jurídico-constitucional. Notou que os empresários fazem grandes investimentos e sofrem de concorrência desleal em sede de IVA, nomeadamente na componente fixa que não tendo relevância em valor, terá em termos de exposição. Sublinhou ainda que, no seu entender, do ponto de vista ambiental, o gás natural não é menos poluente. Destacou o caso do terminal de Sines que, quando não escoar, por falta procura, o gás natural fica disperso no ar, sendo bastante poluente. Sendo o gás propano um sub-produto,

salientou que, quando não é utilizado, tem de ser queimado. Em termos de Direito comparado, apontou os casos de outros países europeus onde existe igual tratamento fiscal (no gás propano e gás natural) e de outros, que têm taxa reduzida no gás propano, como no Chipre. Do ponto de vista social enfatizou o facto da maioria da população mais carenciada utilizar gás propano (canalizado ou em garrafa). Concluiu a intervenção pedindo que seja dado igual tratamento fiscal ao gás propano aquele que é dado para o gás natural.

No âmbito da primeira ronda, coube a primeira intervenção ao Senhor Deputado Hugo Carvalho (PS), que concordou com a opinião anteriormente expressa de que os impactos ambientais do gás natural e gás propano são semelhantes. Informou que vão fazer bom uso da informação recolhida nesta audiência para tomarem as medidas que entenderem adequadas. Concluiu concordando que é importante consciencializar contribuintes.

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) enfatizou a questão da discriminação territorial o que obriga a uma reflexão, entendendo que a discriminação de taxas constituiu um mau princípio. Destacou o favorecimento das zonas do litoral em detrimento do interior [no Continente], bem como o fator descontinuidade territorial que caracteriza as regiões autónomas, articulando ainda com a questão do fornecimento marítimo. Pediu aos representantes da Associação que comentassem esta questão da desigualdade.

O Senhor Deputado Hugo Carvalho (PS) voltou a pedir a palavra para notar que a redução da taxa se verificou na componente do termo fixo e que a nível da componente variável, do consumo, a tarifa é igual. Anunciou que vão ponderar todas as propostas no âmbito do debate parlamentar.

Na sua resposta final, a Presidente da Associação assinalou que existem muitas micro-empresas que fazem distribuição e que confirmam a perda de competitividade a favor da eletricidade. Salientou também que estas empresas se caracterizam por serem de capital intensivo, para cumprir os requisitos de segurança, e que têm realizado investimentos para tornar os produtos mais competitivos. Assim sendo, afirmou, é o interior que sai mais prejudicado porque a baixa densidade populacional não rentabiliza a operação, a menos que o preço aumente. Sustentou igualmente, que é expectável, no longo prazo, que o Estado tenha de investir nesta área. Referiu ainda que os mercados das regiões autónomas não permitem rentabilizar o investimento no gás natural, salientando que a clivagem é maior nas ilhas. Terminou a intervenção esclarecendo que a Associação também quer fazer parte da solução para o processo de descarbonização.



Comissão de Orçamento e Finanças

---

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela ADPC e deu por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação apresentada pela ADPCP e a gravação, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 14 de janeiro de 2020

**O Vice-Presidente da Comissão**

**Alberto Fonseca**